

Investigación en Información, Documentación y Sociedad

Perspectivas y tendencias

Volumen 2

**Aurora Cuevas-Cerveró
María Teresa Fernández-Bajón**

(coords.)

**Sonia Sánchez-Cuadrado
Elmira Simeão**

Aurora Cuevas Cerveró
Sonia-Sánchez-Cuadrado
M^a Teresa Fernández Bajón
Elmira Simeño
(Coordinadoras)

Investigación en Información, documentación y sociedad. Perspectivas y tendencias

VOLUMEN 2

MADRID
2017

© Los respectivos autores
© De la presente edición: Universidad Complutense de Madrid
Facultad de Ciencias de la Documentación <http://documentacion.ucm.es/>
Departamento de Biblioteconomía y Documentación
C/ Santísima Trinidad, 37.
28010 Madrid. España. 2017
ISBN: 978-84-617-6684-0

Diseño de portada: Pablo Parra Valero. UCM

Maquetación: Sonia Sánchez, Pablo Parra, Julián Ochoa, Mario Estudillo, Álvaro Gómez de Zamora y Brenda Siso



Los textos e imágenes publicados en esta obra están sujetos –excepto que se indique lo contrario– a una licencia de Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual (BY-NC-SA) v.3.0 España de Creative Commons. Por tanto, la obra se puede copiar, reproducir, distribuir, remezclar, transformar o comunicar públicamente en cualquier medio o formato, siempre que se cite al autor y a la fuente (UCM. Universidad Complutense de Madrid), y siempre que la obra derivada quede sujeta a la misma licencia y que se haga sin fines comerciales o ánimo de lucro. La licencia completa se puede consultar en: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/es/>

DOCUMENTO, ARQUIVO E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

Rodrigo Rabello, Georgete Medleg Rodrigues

Universidade de Brasília

Resumo

Considera a função do documento como prova e o arquivo como instituição privilegiada para o seu armazenamento e acesso. Traça um panorama de abordagens probatórias que podem constituir ou instrumentalizar formas de representação da realidade social. Para tanto, lança mão do recurso bibliográfico e de uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo teóricos das áreas de arquivologia, diplomática, história, ciência da informação, para corroborar os seguintes valores probatórios que podem incidir sobre o documento de arquivo: 1. “Aprisionamento da palavra/registo”; 2. “Representação da realidade”; e 3. “Legitimação de discursos”. Após abordar tais perspectivas, identifica a necessidade de se aprofundar a última abordagem de modo a investigar a materialidade do documento de arquivo em um programa de investigação em que se pesem: a dimensão simbólica, a materialidade dos enunciados – permeados socialmente mediante a documentação e as fases documentais da memória constitutivas ou constituintes – e a relação saber-poder presente no contexto institucional.

Keywords: Documento. Prova documental. Arquivo. Arquivologia. Diplomática. História. Ciência da Informação.

Abstract

This paper considers the function of the document as proof and the archive as privileged institution of storage and access. It traces a panorama of probing approaches that can constitute or provide tools for forms of representing social reality. For such, it makes use of bibliographic resources and an interdisciplinary perspective, involving theoreticians of Archival Science, Diplomats, History, and Information Science, to corroborate the following probing values that can relate with the archival document: 1. “Capturing the word/register”; 2. “Representing reality”; and 3. “Legitimizing discourses.” After approaching such perspectives, it identifies the need to deepen the latter approach so as to investigate the materiality of the archival document in an investigation program weighing: the symbolic dimension, the materiality of the utterance – socially permeated amidst the documentation and constitutive or constituting documental phases of memory – and the power-knowledge relation found in the institutional context.

Keywords: Document, Documental proof, Archive. Archival Science, Diplomats, History, Information Science.

1. INTRODUÇÃO

Quando se pensa o documento na contemporaneidade, um dos entendimentos possíveis diz respeito ao suporte que contém alguma informação de valor social e/ou institucional. Por institucionalidade se entende a objetivação de atributos ou de valor ao objeto por aqueles que produzem, armazenam ou o utilizam. Em cada contexto, o documento pode apresentar funções das mais diversas (ensinamento, instrução, prova, dentre outras) próprias à sua criação ou atribuídas a posteriori.

Dentre tais possibilidades, a função de prova do documento por vezes se confunde com a função ou com a trajetória da instituição que o produz ou o armazena. Este é, por exemplo, o caso da instituição arquivo. Antes mesmo de o arquivo ocupar espaço na academia como objeto de estudo, a sua constituição secular vinha garantindo uma condição dinâmica à sua própria institucionalidade, à luz de sua tradicional função de permitir o acesso à prova documental.

Uma primeira aproximação do documento de arquivo a uma demarcação científica passa a ganhar forma e concretude com a criação e a sistematização de procedimentos diplomáticos, no século XVII, algo que permitiria o processo de observação, “dissecação” e descrição do logos inato ao objeto, consonância com ideais particulares do racionalismo cartesiano.

Após dois séculos, a diplomática constituiu-se em uma disciplina com cadeira na universidade, juntamente com a paleografia, servindo de apoio metódico para além do direito eclesiástico, legitimando o discurso de cientificidade, por exemplo, da história, e servindo de base para a análise crítica do conteúdo dos documentos de arquivo.

A importância atribuída pela historiografia ao arquivo nos novecentos, a proliferação de arquivos no solo europeu e a demanda por profissionais com algum saber técnico, não apenas reforçou a já citada aproximação do documento de arquivo ao campo científico, mas também propiciou a criação do construto “arquivo” como objeto de uma ciência, cujos saberes seriam disciplinados por um campo denominado arquivística ou arquivologia.

Sob a influência do “espírito positivo” do século XIX, este objeto passou a ser influenciado, por exemplo, pelos saberes da história natural, que culminariam, dentre outras disciplinas, na biologia, ao ser concebido como um todo orgânico e pelas noções de leis universais expressas pela física e pela então derivação no campo social (“física social” ou sociologia), encarnado sob a égide do positivismo filosófico.

Se, por um lado, no século XIX, o arquivo era uma instituição que garantia os elementos documentais necessários de fidedignidade e autenticidade para a produção de conhecimento científico sobre a realidade social, por outro o gradativo desenvolvimento científico, sobretudo no bojo da historiografia do século XX, também gerou subsídios para o questionamento dessa forma de institucionalidade e ao discurso que nela se sustentava.

Nessa direção, a institucionalização do documento no arquivo e a formas de representação da realidade constituem um campo interpretativo controverso, pois o valor probatório nesse contexto pode ser posto em perspectiva. Com isso, propõe-se uma reflexão sobre a trajetória do valor probatório do documento de arquivo de modo a elencar ao menos três perspectivas e, a partir delas, refletir sobre possíveis estudos futuros.

Lançando mão do recurso bibliográfico, buscou-se diferenciar tais perspectivas tendo em vista os seguintes valores probatórios que podem incidir sobre o documento de arquivo: 1. “Aprisionamento da palavra/registo”, possibilidade de armazenamento de modo a permitir acesso e uso; 2. “Representação da realidade”, à luz do aprisionamento do registo; 3. “Legitimação de discursos”, valendo-se da

interpretação de intencionalidades materialmente identificadas, expressas ou não em palavras, para a constituição de monumentos (Rabello; Rodrigues, 2014).

2. APRISIONAMENTO DA PALABRA

A trajetória do “aprisionamento da palavra” pode ser abordada considerando a passagem da “tradição oral” para a “tradição escrita”, momento em que se educou o falante ao bom uso da língua (Barthes; Marty, 1987). Desde a Antiguidade Clássica permanecem distintos sentidos para a utilização do escrito, como: a) “origem”, em direção à memória e à história, b) “ordem”, “comando” ou “lei”, num contexto administrativo e/ou jurídico.

Esses sentidos são constitutivos do arkhé (Derrida, 2001) que forma o radical de arquivo, representado na expressão greco-romana archeion: lugares de prova e de publicização de documentos oficiais, ou na derivação medieval e latina archivum: espaço destinado ao documento com valor probatório (Favier, 2001). A sobreposição do valor de prova do objeto arquivado é uma tipificação da polissêmica palavra latina documentum, derivada do verbo docere, que significa ensinar e instruir (Núñez Contreras, 1981), podendo encontrar correspondência sinonímica, na passagem da Antiguidade para o Medieval (Silva et al., 1999), à palavra latina liber, correspondente à grega biblos (βιβλος), radical das palavras biblioteca, biblioteconomia e bibliografia. Mais tarde, na Idade Moderna, o conceito de “livro” (liber/biblos) foi reduzido ao produto dos avanços da imprensa e ao resultado da escrita (Rabello, 2009).

Paralelamente, o documento de arquivo, que comprova ou atesta algo ou “registra uma ação” (Duranti, 1994), ganhou novos contornos em solo europeu, sendo influenciado pelas ações políticas e administrativas, a partir do século XV, bem como pela especialização de instituições públicas, principalmente as francesas, que passaram a desempenhar função de destaque para o resgate histórico, especialmente a partir do século XVIII (Favier, 2001). Ademais, a priorização do método científico na Idade Moderna (Vuillemin, 1987) encontrou na Diplomática, sobretudo no século XIX (Duranti, 1995), um referencial para crítica dos documentos oficiais escritos – diplomas – armazenados nos arquivos.

A obra do monge beneditino Jean Mabillon *De re diplomatica libri VI*, de 1681, é considerada o nascedouro da diplomática, a qual só obteve cátedra pela primeira vez apenas em 1891, na École Nationale des Chartes, em Paris, e tinha por objetivo estudar a autenticidade dos documentos medievais (Duranti, 1995).

Estudos realizados recentemente atribuem aos procedimentos metódicos e aos elementos constitutivos do pensamento de Mabillon à racionalidade expressa na obra *Discurso do método* de René Descartes, publicado quarenta anos antes do *De re diplomatica* (Sina, 2008; Grassi, 2008).

Mabillon incentivava o emprego do método cartesiano para a análise dos “diplomas” com o intuito de enfrentar, mediante o que Descartes denominava os quatro preceitos da lógica, o conhecimento de algo para: a) evitar os julgamentos; b) dividir cada dificuldade em tantas partes quantas fossem possíveis e necessárias para resolvê-la; c) ordenar o pensamento sobre os objetos indo do mais simples ao mais complexo; d) fazer enumerações tão completas de tudo e revisões tão gerais para ter certeza de nada omitir (Descartes, 2001: 23).

O método de Mabillon decerto pressupunha apreciar um conjunto de documentos, examinando-os no que tinham de semelhança e diferenças entre si para, então, ordená-los segundo essas características às quais chamou de elementos internos e externos da forma documental, ambas subdivididas em várias partes. Esse procedimento permitiria estabelecer a autenticidade do documento.

O posterior aprimoramento e transformação da diplomática como disciplina acadêmica foi relevante, dentre outros aspectos, por permitir a relação, por exemplo, entre diplomática e paleografia,

apreendidas, na época, como disciplinas auxiliares da história (Bloch, 1997). Essa relação contribuiu, noutro momento, para a fundamentação teórica e metodológica arquivística com vistas ao ordenamento dos documentos e à construção de instrumentos para servir ao resgate da memória e aos estudos históricos (Bautier, 2002).

O “aprisionamento da palavra/registro” está relacionado ao processo de transformação de um objeto em algo com valor, com função determinada – numa palavra, documento – que possa ser organizado em espaços institucionais determinados de modo a permitir o acesso e o uso. Historicamente bibliotecas e arquivos têm se constituído como instituições privilegiadas para o acesso às varias funções que podem ser atribuídas ao documento, embora a função de prova tenha se destacado no âmbito dos arquivos por conta das suas características constitutivas. Este é um dos motivos da difusão da crença, ainda presente nos dias de hoje, segundo a qual o documento arquivado permite o acesso à verdade histórica e, por conseguinte, constitui a fonte privilegiada para a representação fidedigna da realidade social.

3. REPRESENTAÇÃO DA REALIDADE

A “representação da realidade” está relacionada à acepção de ciência segundo a qual a realidade social pode ser descrita, classificada, enfim, representada inequivocamente numa linguagem objetiva e universal, seguindo preceitos empíricos e metódicos de observação, de coleta e análise de dados e de apresentação dos resultados (Rabello; Rodrigues, 2014).

A proposição de disciplinas como a sociologia e a história é representativa de um período denominado “cientificismo” em que os fenômenos sociais passaram a ser investigados como base no arquétipo das ciências naturais. Com efeito, a história “tradicional” do século XIX objetivou alcançar a “origem” dos fatos sociais mediante o “método” de crítica textual, em estruturas documentais previamente reconhecíveis, valendo-se do arquivo como “laboratório” de pesquisa.

Nessa perspectiva, os historiadores, com as contribuições “metódicas” de Leopold von Ranke, passaram a se basear nos relatos de fontes documentais enaltecidas por sua autenticidade. O arquivo se estabelece, a partir de então, como o lugar privilegiado do historiador, já que permite o acesso a documentos que, na maior parte das vezes, nunca foram consultados. A contribuição de Ranke à ciência histórica “[...] residia em sua visão enaltecadora dos documentos.” (Gay, 1990: 74-75). O interesse imediato foi direcionado à

[...] escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. (Burke, 1992: 13).

O arquivo passa a ser, a partir de então, o “laboratório” do historiador, já que permite o acesso a documentos “inéditos” para a escrita da história. A disciplina história deve a esse espaço, juntamente com os procedimentos metódicos, como os da diplomática, parte significativa para que pudesse ocupar cátedra na universidade. Com efeito, passou a se demandar não apenas historiadores, mas outros profissionais que pudessem contribuir para a organização daquele “laboratório”, de modo a permitir o acesso à prova documental. Nesse caso, tais demandas estão também relacionadas ao processo de disciplinarização da arquivologia, no século XIX, para a formação de arquivistas.

A crítica à acepção historiográfica “tradicional” foi realizada a partir do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo, França, no início do século XX, dentre eles a publicação do periódico *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, em 15 de janeiro de 1929. Tal movimento (Reis, 2004) culminou na denominada “escola dos Annales” (Burke, 1997).

Os Annales promoveram uma controvérsia em relação às formas de representação da realidade social. O movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa histórica “tradicional” – enaltecida dos grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado –, que desconsiderava os demais atores sociais então “marginalizados” (Schmitt, 1978: 422). Para tanto, a crítica à exclusividade do documento de arquivo como único meio para a escrita da história se constitui como uma das “peças-chave”.

Aquela perspectiva “tradicional” era considerada por esse movimento como “elitista” ao desconsiderar, seletivamente, atores sociais para a escrita da história. Além disso, para os historiadores tradicionais, a historiografia somente seria possível por meio de documentos escritos que permitiriam “[...] atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado” (Chartier, 1978: 517).

Para os historiadores “tradicionais”, o documento se afirma essencialmente como “[...] um testemunho escrito.” (Le Goff, 1994: 536, grifos do autor). Assim, caberia aos historiadores dos Annales fazerem “[...] novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa”, necessitando, para tanto, de “[...] novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais.” (Burke, 1992: 25).

O salto qualitativo em relação ao conceito de documento foi necessário, pois “[...] o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se.” (Le Goff, 1994: 539). Tal necessidade de transcendência ao sentido positivista estrito de “prova documental” – referenciado, em grande medida, na crença nos atributos da palavra ou do registro “aprisionado” no documento e numa forma de institucionalidade que lhe garantia legitimidade – foi uma resposta às novas demandas sociais que não se reconheciam mais mencionada concepção elitista de se escrever a história.

4. LEGITIMAÇÃO DE DISCURSOS

A “legitimação de discursos” diz respeito ao entendimento segundo o qual os limites da representação podem estar para além das palavras registradas (Bloch, 1997), encontrando nas coisas em si (Le Goff, 1994) e na vida social dos objetos (Kopytoff, 1991) – ou da informação registrada em documentos (Buckland, 1991) – os recursos para o entendimento, na parcela que cabe à cultura material (Bucaille; Pesez, 1989), das representações de mundo e da própria construção da concepção de homem, de sua historicidade (Rede, 1996).

Os limites da representação dependem, ainda, da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento (Le Goff, 1994), isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade (Foucault, 2005). Sob esta perspectiva, a palavra ou informação “aprisionada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e legitimação de monumentos (Le Goff, 1994). Esse raciocínio levou Rabello e Rodrigues (2014: 17) a concluir que, nesse movimento, a “[...] mediação da linguagem é tensionada pelas forças sociais que delinham a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história.”

No âmbito da “legitimação de discursos”, a contundência da prova documentada ou arquivada admite, em seu lugar, a evidência de algo monumentalizado diante do silêncio e do ocultado. A intencionalidade do monumento pode se forjar no encobrimento de acontecimentos durante ou após, por exemplo, regimes de exceção.

O enunciado trazido em 1969 por Foucault (2005: 33) de que o historiador contemporâneo – leia-se: a partir das contribuições dos Annales – transforma documento em monumento foi uma matéria-prima para que mais tarde Le Goff (1994: 545) pudesse desenvolvê-la de modo a retomar a crítica à ilusão positivista de documento “[...] objetivo, inócuo, primário”, como prova de “[...] boa-fé, desde que fosse autêntico”.

À luz dessa perspectiva, os limites da representação positivista dependem sobremaneira da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento (Le Goff, 1994), isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade (Foucault, 2005). Sob este prisma, a palavra ou informação “aprisionada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e “legitimação de discursos” e de monumentos (Rabello; Rodrigues, 2014).

E como pensar a relação documento e arquivo nessa perspectiva? Um caminho profícuo e convergente ao da “legitimação de discursos” foi trazido por Schwartz e Cook (2004). Os autores demonstraram que o arquivo como meio para a representação da realidade tem sido tensionado pela mediação da linguagem segundo forças sociais que delineiam a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história. Tal concepção vai ao encontro da construção de monumentos a partir de documentos (Rabello; Rodrigues, 2014: 17-18).

5. MATERIALIDADE DO DOCUMENTO

A perspectiva probatória da “legitimação dos discursos” tem no enunciado “todo documento é um monumento” o cerne para entender a materialidade documento. Essa concepção está para além da forma documental e da fisicalidade do suporte, segundo a diplomática (Núñez Contreras, 1981), ou da coisificação da informação para a inserção do registro num sistema de recuperação de informação institucionalizado (Buckland, 1991).

Ainda que a fisicalidade do suporte, no sentido sobredito, seja algo presente, a materialidade do documento se constitui a partir da institucionalidade e das intencionalidades envolvidas. Assim, a materialidade pode ser concebida à luz de uma dimensão simbólica (Bourdieu, 1996) ou da comparação com a materialidade dos enunciados (Foucault, 2005) que circulam socialmente por meio da documentação (Frohmann, 2008), algo que pode ser melhor apreendido conforme a “fase documental” da memória (Ricoeur, 2007) e a dimensão política presente na relação saber-poder no âmbito institucional, por exemplo, dos arquivos (Schwartz; Cook, 2004).

O percurso acima indicado pode se apresentar como um relevante programa de investigação para o estudo da materialidade do documento, segundo os seguintes argumentos:

- a) Relação entre os atributos de autoridade do documento validados institucionalmente e a lógica de funcionamento do Estado burocrático moderno, naquilo que Pierre Bourdieu compreendeu como um tipo de “capital simbólico” objetivado na forma e na letra da lei. O “capital simbólico” do Estado se traduz, em parte, em “capital de informação” (manifestação do capital cultural) numa dimensão objetiva – como é o caso da cartografia, do recenseamento, da estatística, do meio escrito, do arquivo – manifesta em operações unificadas, totalizadoras, universalizantes e homogeneizadoras, como forma de “racionalidade burocrática” (Bourdieu, 1996).
- b) Diálogo com a dimensão “simbólica” em aderência à perspectiva foucaultiana abordada por Frohmann (2008) quando identificou correspondência naquilo que nomeia tal materialidade – o documento – como algo essencial para ligar informação e seu caráter social e público. O grau de imersão institucional dos enunciados constitui-se em algo essencial para a análise de sua materialidade, pois são as rotinas institucionais e as suas relações que lhes conferem peso, massa, inércia e resistência ao enunciado. Por meio dos documentos, fontes de massa e energia, torna-se possível pensar a materialidade da informação em dessemelhantes campos e práticas sociais.
- c) Compreensão da “fase documental” da memória em três eixos que podem se entrecruzar: 1. Fase do “testemunho”, 2. Fase do “arquivo”, 3. Fase da “prova documental” (Ricoeur, 2007). O testemunho oral constitui um tipo de propedêutica para a construção de fontes com vistas às

demais fases. Portanto, o testemunho pode ser considerado como instituição da “memória natural” que permite a “memória artificial”. Esta última enriquece ou potencializa a fala do testemunho ao permitir que ela, a fala, seja posta em situação contraditória aos demais documentos que lhe conferem autenticidade. Na fase do arquivo, a forma e o conteúdo documental estão em jogo quando em relação à proveniência e à organicidade que auxiliam a recuperar a “biografia funcional” dos conjuntos documentais arquivados. Na fase da “prova documental”, o provar de um documento ou de um conjunto de documentos pressupõe a articulação da “fase documental” às fases explicativa, compreensiva e literária de representação, algo que se diferencia, por exemplo, dos procedimentos dos positivistas ou dos historiadores “tradicionais” que utilizam como parâmetro a reunião e a leitura de documentos os quais, se autênticos, são utilizados como prova.

- d) Arquivo como um construto social que sintetiza a controversa relação entre realidade e representação (Shwartz; Cook, 2004), tal qual observada nas diferenças teórico-metodológicas entre a historiografia “tradicional” e a “contemporânea”. As origens dos arquivos “[...] se sustentam na necessidade de informação e nos valores sociais dos ditadores, governos, negócios, associações, e indivíduos que os determinam e os mantêm.” (Shwartz; Cook, 2004: 16). A relação entre arquivo e sociedade se caracteriza não apenas pelas contribuições para a memória social ou coletiva, mas por ações centradas no poder (Shwartz; Cook, 2004: 18). Nessa direção, arquivos e registros “[...] precisam se sujeitar a um processo de ‘interpretação contínua’ entre produtores, guardiões e usuários.” (Shwartz; Cook, 2004: 23).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do valor probatório do documento de arquivo trilhada, a partir das perspectivas “aprisionamento da palavra/registro”, “representação da realidade” e “legitimação de discursos”, convergiu para a necessidade de se aprofundar o último prisma que fora pouco explorado no texto de Rabello e Rodrigues (2014).

Conforme observado, a materialidade do documento se apresenta como um tema ou um programa de investigação profícuo e premente aos estudos sobre documento e arquivo, ou outras instituições de memória. A materialidade está em convergência com preocupações contemporâneas que tiram do foco a harmonia social, almejada pelos positivistas, e apresentam as instituições como espaços de conflitos, de disputas e de “legitimação de discursos” para a “representação da realidade”.

A perspectiva positivista transformava monumentos em documentos. Nesse caso, a representação da realidade se constituía como um discurso único e legitimado pela força. A perspectiva contemporânea tem partido do princípio de que todo documento é monumento e que diferentes formas de legitimação de discursos podem ser estudadas considerando concorrências em que se pesem: a dimensão simbólica, a materialidade dos enunciados – permeados socialmente mediante a documentação e as fases documentais da memória constitutivas ou constituintes – e a relação saber-poder presente no contexto institucional.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pelo financiamento concedido.

7. REFERÊNCIAS

Barthes, R. & Marty, E., 1987. Oral/Escrito. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 11 pp.32-57.

- Bautier, R., 1961. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à L'École des chartes. In: Bibliothèque de L'école des Chartes. Paris: [s.n.], pp.194-225. Tome 119.
- Bloch, M., 1997. Introdução à História. [S.l.]: Fórum da História/Publ. Europa-América.
- Bourdieu, P., 1996. Espírito do Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: Bourdieu, P. Razões práticas sobre a teoria da ação. 4.ed. Campinas, SP: Papirus, pp.91-135.
- Bucaille, R.; Pesez, J.-M., 1989. Cultura material. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 16.
- Buckland, M.K., 1991. Information as thing. JASIS, 45(5), pp.351-360.
- Burke, P., 1997. A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP.
- Burke, P., 1992. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: Burke, P. (ed.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, pp.7-37.
- Chartier, R., 1978. História positivista. In: Le Goff, J.; Chartier, R.; Revel, J. et al. (ed.). A nova história. Coimbra: Almedina, pp.516-518.
- Derrida, J., 2001. O mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume.
- Descartes, R., 1996. Discurso do método. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Duranti, L., 1995. Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia. Carmona: S&C Ed.
- Duranti, L., 1994. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. Estudos Históricos, 7(13), pp.49-64.
- Favier, J., 2001. Les archives. Paris: Presses Universitaires de France.
- Foucault, M., 2005. A Arqueologia do Saber. Lisboa: Almedina.
- Frohmann, B., 2008. O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (dir.). A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. São Paulo: Cult. Acadêmica; Marília: Fundepe, pp.19-34.
- Gay, P., 1990. Ranke: o crítico respeitoso. In: Gay, P. O Estilo na História. São Paulo: Companhia das Letras, pp.63-93.
- Grassi, O., 2008. La filosofia medievale nell'opera di Jean Mabillon. Rivista di Filosofia Neo-Scolastica, 1, pp.17-31.
- Kopytoff, I., 1991. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: Appadurai, A. (Ed.). La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías. México: Grijalbo, pp.89-122.
- Le Goff, J., 1994. Documento/monumento. In: Le Goff, J. História e memória. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP.
- Nuñez-Contreras, L., (1991). Concepto de documento. In: Nuñez-Contreras, L. Archivistica: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, pp.25-44.

- Pomian, K., 1984. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda.
- Rabello, R., 2009. A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília.
- Rabello, R. & Rodrigues, G.M., 2014. Prova documental: inscrições e materialidade. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 7(2), pp.1-21, Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/151>>.
- Rede, M., 1996. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, 4, pp.265-282.
- Reis, J.C., 2004. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Ricoeur, P., 2007. Fase documental: a memória arquivada. In: Ricoeur, P. *A memória, a história, o esquecimento*, Campinas: Ed. Unicamp.
- Schmitt, J.-C., 1978. A história dos marginais. In: Le Goff, J.; Chartier, R.; Revel, J. et al. (ed.). *A nova história*. Coimbra: Almedina, pp.394-426.
- Shwartz, J.M. & Cook, T., 2004. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. *Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, 3(3), pp.15-30.
- Silva, A.M. et al., 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Afrontamento.
- Sina, M., 2008. Mabillon e la filosofia moderna. *Rivista di Filosofia Neo-Scolastica*, 1, pp.33-48.
- Vuillemin, J. (1987). Conceito. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 37, pp. 77-124.